

APRESENTAÇÃO

INQUIETAÇÕES CÉTICAS E ÉTICAS EM PRÁTICAS DE REESCRITA

Helena Martins e Maria Paula Frota

Já há coisas demais que não existem.

EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO¹

As palavras em epígrafe, ditas originalmente pelo antropólogo para justificar sua relutância em dar por inexistente a distinção natureza/cultura, capturam bem o interesse que moveu a organização deste número temático de *Tradução em Revista*: certa tendência hoje quase sistemática de sublinhar-se a precariedade das distinções, de negar sua (real?) existência. No campo específico que nos concerne, encontramos exemplo notável desse tipo de propensão: enfatiza-se a impossibilidade de se demarcarem limites entre práticas de reescrita diversas, em um cenário em que tradução se confunde amiúde com adaptação, imitação, pastiche, paródia e mesmo com escrita autoral.²

Esse tipo de ênfase vem naturalmente na esteira do movimento mais amplo de crítica à tradição metafísica fundacionalista. Deflagrados de forma vigorosa pelo menos desde Nietzsche, os esforços empreendidos para denunciar os “fundamentos móveis” sobre os quais erigimos o nosso “domo conceitual infinitamente complexo” deram-nos sem dúvida uma noção clara da volatilidade e precariedade de nossas distinções: cada conceito nessa edificação de aparência sólida é, sabemos, “ósseo e octogonal como um dado e tão fácil de deslocar quanto este”³.

Considerado o êxito desses esforços, parece-nos de fato desnecessário retornar aqui a uma explicitação do ideário anti-essencialista, ideário pressuposto tanto nesta apresentação quanto no texto de onde saiu a epígrafe que a encabeça. No entanto,

¹ “Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio”. *Mana* 2 (2), 1996.

² Ver, por exemplo Barbara Godard, “Theorizing feminist discourse/translation”. S. Bassnett e A. Lefevere (orgs.) *Translation, history and culture*. Londres: Pinter, 1990.

³ “Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral”, Trad. de Rubens Rodrigues T. Filho. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 57.

trata-se de uma epígrafe inquieta, apta portanto a abrir um volume temático cujo título se inicia com a palavra “inquietações”.

É inquieta primeiro porque se constrói como oxímoro irônico, sublinhando a condição embaraçosa do ceticismo radical, o lugar sempre em alguma medida excepcional e provisório de onde se pode chegar a dizer que “o que há não existe”. Que é no mínimo difícil ocupar esse lugar é algo que não escapou nem ao próprio Nietzsche nem à maioria dos seus herdeiros contemporâneos: se faz sentido dizer que as repartições pelas quais distribuimos as coisas do mundo não derivam de uma ordem ontológica essencial e autônoma, sendo antes melhor apreendidas como os espaços fragilmente delimitados de uma teia que, assim como faz a aranha, fabricamos nós mesmos de nossa própria substância, é preciso também reconhecer que, como a aranha, construímos nossas teias por instinto — com elas sobrevivemos.⁴ É porque não podemos senão aderir a certas repartições, chamar algumas coisas *disso* e outras *daquilo*, que rimos da anedota do professor que, em certa aula sobre ceticismo, começa a dizer “Esta mesa, por exemplo; não há qualquer garantia de que ela exista de fato, pois...”, e é interrompido por um aluno que lhe pergunta: “Que mesa?”. A consciência do caráter arbitrário das nossas distinções não é um passaporte para sua suspensão; no que diz respeito a elas, inquietamo-nos hoje com frequência entre as forças contrárias da adesão e da suspeita.

Mas a epígrafe é inquieta além disso por insinuar um excesso, por trazer um sentido de saturação — já há coisas *demais* que não existem. Uma forma de ler o pronome adjetivo aqui é pensar o deslimite que ele sugere em termos das conseqüências dessa espécie de predileção contemporânea por denunciar a falta de fundamento de toda distinção. Entre aderir a tais segmentações infundadas e colocá-las sob suspeição (ou suspensão), temos ainda a possibilidade de pensar crítica e eticamente os efeitos (excessivos?) de seu apagamento ou de sua manutenção, e, neste último caso, pensar também os melhores termos para sua manutenção. Reflexões éticas desse tipo não poderão, é claro, apoiar-se em noções essencialistas do que seja o *bom*, o *justo*, o *melhor*. Mas nada há que impeça que tenham lugar – por exemplo, em publicações como esta.

Os trabalhos aqui reunidos em instigante coleção, tendo em comum a adesão ao pensamento anti-essencialista, reagem de diferentes pontos de vista às inquietações

⁴ “Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral”, pp. 57-58.

céticas e éticas implicadas em teorias e práticas que se vinculam ao significante “tradução”.

O artigo de Paulo Henriques Britto nos traz uma reflexão sobre a possibilidade e a necessidade de textos traduzidos serem objetos de *juízos de valor*, levantando e discutindo razões pelas quais se teria disseminado no cenário pós-estruturalista uma atitude cética quanto a essa possibilidade. Igualmente interessada em parâmetros éticos pelos quais se possam avaliar projetos tradutórios, Maria Clara Castellões de Oliveira discute a atividade de tradução de escritores brasileiros de renome e propõe que se pense no plural a ética da tradução, sublinhando a impossibilidade de uma única baliza ética que migre intacta por fronteiras históricas e culturais. Encontramos também elementos valiosos para pensar a ética da tradução de forma não universalizante no artigo de Cristina Carneiro Rodrigues, em que se examinam as relações estreitas entre a teoria e a prática tradutórias no que concerne à historicidade inevitável de suas formas de conceber o que seja a boa tradução e o papel do tradutor. Como as duas últimas autoras, Lenita Esteves analisa a delicada economia entre o nacional e o estrangeiro no campo da tradução, examinando momentos históricos em que nações se mostraram receptivas a línguas e culturas estrangeiras e sugerindo a necessidade de uma maior reflexão sobre as circunstâncias de tal receptividade, de modo a reavaliar se de fato ela é sempre índice da postura ética não etnocêntrica preconizada por teóricos como Antoine Berman. Proposta robusta, original e também bastante sensível à questão da alteridade oferece Maurício Mendonça Cardozo: buscando inspiração transdisciplinar nas reflexões do filósofo Henrique de Lima Vaz e nos desenvolvimentos da física quântica, apresenta quatro princípios hipotéticos que fundariam um *espaço ético* tanto para a prática quanto para a teoria da tradução, em um texto cuja própria construção em forma dialógica já diz a importância da ideia de *relação* na reflexão proposta. A esfera da subjetividade, por fim, é trazida ao centro dessa discussão por Márcia Pietrolungo: por um viés psicanalítico e discursivo, ela oferece um depoimento sobre o lugar potencialmente ético do tradutor-intérprete em sua relação com o sentido, lugar em que um sujeito em errância é instaurado por uma ordem significativa que o ultrapassa e “engaja seu querer, seu saber e seu poder”.

Este número de *Tradução em Revista* traz ainda a contribuição de três pesquisadoras com diferentes níveis de inserção em nosso programa de pós-graduação. O trabalho de Ana Paula Grillo El-Jaick, sem se deter em qualquer prática de reescrita específica, examina de forma bastante relevante para as discussões aqui

em foco as relações entre linguagem e ceticismo, buscando compreender como/se comparece a desconfiança em relação à linguagem em manifestações antigas, modernas e contemporâneas de ceticismo. Já Sabrina Martinez nos dá subsídios para pensar eticamente a questão da fronteira que separa o “tradutor” do “adaptador”, apresentando e discutindo, em um elaborado estudo de caso, as circunstâncias em que se denominou “tradução” a reescrita altamente interventora que Monteiro Lobato realizou da obra de Dashiell Hammett. Por sua vez, Daniela Rolim de Andrade, com sua formação bidisciplinar em direito e tradução, vem suprir uma lacuna importante nos estudos brasileiros da tradução, ao examinar os parâmetros da legislação autoral com foco nos direitos e deveres do tradutor; além de nos informar sobre essa legislação, seu trabalho constitui um terreno fértil para aprofundar discussões conceituais como as que comparecem neste volume.